

# MANUAIS DE CIVILIDADE, MODELOS DE CIVILIZAÇÃO

Maria Cecília Barreto Amorim Pilla<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objeto de investigação – manuais de civilidade, modelos de civilização – foi definido e construído a partir da análise do conceito de civilização, principalmente através do estudo que Norbert Elias fez em “O Processo Civilizador”. Segundo ele, uma sociedade em constante transição estabelece, em cada época, instrumentos de condicionamento impostos aos indivíduos capazes de criar modelos que refletem suas próprias idéias de moralidade, de delicadeza e de polidez. Na tentativa de analisar esta e outras questões, o presente artigo se constrói através da trajetória de alguns dos principais manuais de civilidade da história do mundo ocidental, buscando relacionar os códigos de boas maneiras aos modelos civilizatórios desejados pelo Ocidente do século XVI ao XIX.

**PALAVRAS-CHAVE:** Civilidade – Civilização – Boas Maneiras – Modelos de Conduta

A mais importante regra de civilidade é, por muito irreprensível que se seja, desculpar com facilidade as infrações dos outros e não querer menos a um camarada que dê mostras de falta de cuidado ou de educação. (ERASMO DE ROTTERDAM)

A civilidade é para o espírito o que é a graça para o semblante; é a doce imagem da bondade do coração, sendo esta bondade o que todos desejamos. (VOLTAIRE)

A sociedade tem também sua gramática, que é necessário estudar, e os que desprezam suas regras, se não levam palmatoadas, ou qualquer outro castigo, são olhados como homens sem educação, e muitas vezes rejeitados em seu seio. (J. I. ROQUETTE)

A história das boas maneiras está diretamente relacionada às regras de comportamento social. Essa história envolve não somente a questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros.

Todas as sociedades ao longo da história criaram preceitos com o objetivo de nortear as relações entre grupos e pessoas. Apesar de nem sempre emanarem do Estado, alguns desses princípios impunham regras que se não fossem seguidas, implicariam em sanções, que iam da exclusão a desaprovação daqueles que não as respeitassem.

Tanto é assim que, antes mesmo do uso da imprensa na Europa, já havia manuscritos latinos, franceses, ingleses, italianos, entre outros, que descreviam, em versos fáceis de memorizar, as boas maneiras. Nesse tempo ainda não se falava de civilidade ou em decoro, mas em cortesia. Mas quando esses códigos surgiram? Quais as características e preocupações que apresentavam?

O presente trabalho parte dessas questões para relacionar os primeiros manuais de civilidade escritos aos modelos de civilização buscados pelo Ocidente a partir do século XVI chegando ao século XIX, quando no mundo ocidental, o gênero literário dedicado à compilação das boas maneiras ganha bastante força. Tal reflexão pode ser construída a partir do estudo que Norbert Elias fez em “O Processo Civilizador” onde faz uma reflexão a respeito das transformações das estruturas sociais e de personalidade ao longo do tempo.

Elias, no primeiro volume de “O Processo Civilizador”<sup>2</sup> constrói uma trajetória por meio dos comportamentos considerados típicos no homem ocidental. Procura expor como ocorreu o processo civilizador no Ocidente, suas causas e forças motivadoras. Relaciona a construção de padrões de “bom comportamento” em determinadas épocas à auto-imagem que certas categorias sociais fazem de si mesmas, bem como relaciona padrões estabelecidos com o surgimento de alguns termos como os de cortesia, civilidade e civilização. Através destes e de outros termos e padrões de conduta, grupos pertencentes aos estratos superiores designaram o que os distinguiria, formando assim um código específico de comportamento que, segundo

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Filosofia da PUCPR e doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UFPR.

E-mail: ceciliapilla@yahoo.com.br

<sup>2</sup> ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v.1.

Elias, surgiu inicialmente nas grandes cortes feudais atingindo mais tarde todos os estratos sociais.<sup>3</sup>

Tenta compreender o processo psíquico civilizador começando por examinar os significados de 'civilização'. O conceito de 'civilização', diz ele, "refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos".<sup>4</sup>

Em resumo, para Elias nada há que não possa ser feito de forma 'civilizada' ou 'incivilizada'. Daí reconhecer a dificuldade de se estabelecer um conceito fechado do que seja civilização. Por outro lado, liga o conceito de civilização à própria consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Por meio desse significado, diz ele:

A sociedade ocidental, dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades mais contemporâneas 'mais primitivas'. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de 'sua' tecnologia, a natureza de 'suas' maneiras, o desenvolvimento de 'sua' cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.<sup>5</sup>

Fernand Braudel em seu texto "A História das Civilizações: O Passado Explica o Presente", discute o método do historiador das civilizações, para tanto busca o significado de "civilização" e de "cultura". Segundo ele, somente a partir de 1800 é que essas duas palavras, cultura e civilização, passam a ser tomadas como sinônimas. "Cultura e civilização nascem na França, mais ou menos no mesmo momento. Cultura, cuja vida anterior é longa (Cícero já falava da *cultura mentis*), só adquire verdadeiramente o sentido particular de cultura intelectual no meio do século XVIII"<sup>6</sup>.

Para ser mais preciso, diz Braudel, civilização apareceu pela primeira vez em um texto escrito em 1766. Mas civilizar e civilizado já haviam aparecido desde os séculos XVI e XVII. E desde que nasceu, o vocábulo civilização, já ganhou o significado de "ideal profano de progresso intelectual, técnico, moral, social". Por volta de 1850 vê-se ampliar o conceito de civilização e cultura, para isso passam a tomá-las em seu plural.

Civilizações ou culturas no plural, é a renúncia implícita a uma civilização que seria definida como um ideal ou, antes, o ideal; é em parte negligenciar qualidades universais, sociais, morais, intelectuais que a palavra implicava em seu nascimento. Já é tender a considerar todas as experiências humanas com igual interesse, as da Europa, assim como as dos outros continentes.<sup>7</sup>

Mas o que é civilização para Braudel? É, antes de tudo,

Um espaço, uma 'área cultural', dizem os antropólogos, um alojamento. [...] É o agrupamento regular, a frequência de certos traços, a ubiquidade desses traços numa área precisa, que são os primeiros signos de uma coerência cultural. Se a essa coerência no espaço acrescenta uma certa permanência no tempo, eu chamo civilização ou cultura o conjunto, o 'total' do repertório. Esse 'total' é a 'forma' da civilização assim reconhecida.<sup>8</sup>

Mas civilização não significa a mesma coisa para todo o Ocidente. Segundo Elias, para os franceses e ingleses, o conceito de civilização resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso ocidental e da humanidade. Para eles, civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. Mas pode se referir também a realizações, atitudes, comportamentos de pessoas em geral. Relaciona-se a algo que se movimenta 'para frente'. O significado de civilização para ingleses e franceses também "inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista"<sup>9</sup>.

Já para os alemães *Zivilisation*, significa algo de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa (comportamento) de homens e mulheres. A palavra pela qual os

<sup>3</sup> Ibid, p.76.

<sup>4</sup> ELIAS, p.23.

<sup>5</sup> Ibid.

<sup>6</sup> BRAUDEL, Fernand. A história das civilizações: o passado explica o presente. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectivas, 1992. p.239.

<sup>7</sup> BRAUDEL, 1992, p.240-241.

<sup>8</sup> Ibid, p.269.

<sup>9</sup> ELIAS, 1990, p.24.

alemães se interpretam e expressam orgulho de seu ser é *Kultur*.<sup>10</sup>

*Kultur* para os alemães se refere basicamente, de acordo com Elias, “a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais por outro”. *Kultur* encontraria sua expressão maior em seu adjetivo derivado, *Kulturell*, “que descreve o caráter e o valor de determinados produtos humanos, e não o valor intrínseco da pessoa”. O conceito de *Kultur* delimita o movimento, ao mesmo tempo em que “dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos”<sup>11</sup>.

Para compreender melhor o conceito de civilização é importante conhecer dois dos conceitos que a ele se relacionam e a ele antecederam: cortesia e civilidade.

Cortesia, segundo Elias, refere-se às formas de comportamento das grandes cortes feudais. Mas, ainda durante a Idade Média o conceito vai perdendo sua limitação e passa também a se referir aos comportamentos dos círculos burgueses. Com a lenta extinção da nobreza guerreira e a formação de uma nova aristocracia ao longo dos séculos XVI e XVII, “o conceito de civilidade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável”. A partir do século XVII, com a consolidação da monarquia absolutista na França, o conceito de cortesia cai em desuso. Da mesma maneira, ao longo do século XVIII, o conceito de civilidade, com o lento aburguesamento da sociedade de corte, cai de moda, perdendo espaço para civilização.<sup>12</sup>

O conceito de civilização, afirma-se, na França, na segunda metade do século XVIII, sua primeira evidência literária aparece do verbo civilizar e deriva para o conceito de *civilização*, onde é encontrada na obra de Mirabeau na década de 1760.<sup>13</sup>

Na França, de acordo com Jean Starobinski, desde os séculos XIII e XIV apareciam duas das palavras das quais civilização parece ter derivado: civil e civilidade. Civilizar vai aparecer um pouco mais tarde. No século XVI, de acordo com este autor, citando o *Dictionnaire de la langue française du XV e. siècle*, de E. Huguet são encontrados dois significados para civilização: “Levar à civilidade, tornar civis e brandos os costumes e as maneiras dos indivíduos”. E: “em jurisprudência: tornar civil uma causa criminal”<sup>14</sup>.

Para a maioria das pessoas, diz Mirabeau, a civilização é a “suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do conhecimento de tal modo que inclua o decoro no lugar de leis detalhadas”. Por outro lado, ele não considera que isso seja civilização, mas sim “apenas a máscara da virtude, e não a sua face”<sup>15</sup>.

De acordo com Elias, Mirabeau dá esse conceito porque vincula civilização às características da aristocracia de corte. Os membros da corte gostavam de se autodenominar de civilizados, *poli* ou *police*, termos empregados quase sempre como sinônimos. Padrão de comportamento refinado comparado por eles aos indivíduos considerados mais simples ou inferiores socialmente. Assim como o foi em outras épocas, polidez e civilidade, a partir do século XVIII, o conceito civilização passa a ter a função de “expressar a auto-imagem da classe alta européia em comparação com os outros (...)”<sup>16</sup>.

O termo civilização surge como crítica social como um reflexo do movimento iluminista. Marca a compreensão expressa nas idéias dos fisiocratas, de que os fatos sociais e os naturais são partes de um processo ordenado. Isso transparece quando da derivação de civilizado para civilização.<sup>17</sup>

Conforme Elias,

[...] duas idéias se fundem no conceito de civilização. Por um lado, ela constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie. Este sentimento já estava presente na sociedade de corte. Encontrava sua expressão aristocrática cortês em termos de ‘politesse’ e ‘civilité’<sup>18</sup>.

É assim que se coloca Baltasar Gracián<sup>19</sup>, um certo padre jesuíta, que, já no século XVII, sentindo uma “aversão imorredoura pela insensatez humana” de seu tempo, escreveu “A

<sup>10</sup> BRAUDEL, 1992, p.24-25.

<sup>11</sup> ELIAS, 1990, p.24-25.

<sup>12</sup> BRAUDEL, 1992, p.111-112.

<sup>13</sup> Ibid, p.54.

<sup>14</sup> STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 11.

<sup>15</sup> ELIAS, 1993, p.54.

<sup>16</sup> ELIAS, 1990, p.54.

<sup>17</sup> Ibid, p.59.

<sup>18</sup> Ibid, p.62.

<sup>19</sup> GRACIÁN, Baltasar. *A arte da sabedoria mundana: um oráculo de bolso*. São Paulo: Best-Seller, 2002.

arte da sabedoria mundana”, classificado como um “Oráculo de Bolso”. Se por um lado Gracián apresenta um desprezo pela “insensatez humana”, de outro, insiste na perfeição do homem e na aptidão para a bondade, “assistida pela arte de triunfar sobre o mal”.<sup>20</sup> No entanto, em sua obra, defende a idéia de que a perfeição não depende de Deus, mas da capacidade de domínio de si, do autoconhecimento e da prudência. Em seu aforismo 87 fala da importância da cultura e do refinamento:

O homem nasce bárbaro. Redime-se a besta cultivando-a. A cultura nos transforma em pessoas: e tanto mais, quanto maior for a cultura. Com tal crença, a Grécia pôde chamar o resto do mundo de bárbaro. A ignorância é rude e grosseira. Não existe nada mais educador do que o conhecimento. Não é apenas a compreensão que devemos refinar, mas também nossos desejos e principalmente nossa conversa. Alguns exibem um requinte natural tanto nos talentos interiores quanto nos exteriores, tanto nos conceitos quanto nas palavras, tanto no adorno corporal (que é como a casca) quanto nos dons espirituais (o fruto). Já outros são tão brutos que embaçam tudo, até suas qualidades, com um insuportável desleixo bárbaro.<sup>21</sup>

No século XVIII, os iluministas reformistas acreditam que os povos não estão suficientemente civilizados. A civilização não é um estado, é um processo que deve prosseguir. Esse significado absorveu muito do sentido que lhe dava a corte: padrão moral e costumes, tato social, consideração pelo próximo, entre outros. Nas mãos da classe média em ascensão, é ampliada a idéia sobre o que é necessário para tornar civilizada uma sociedade. O processo de civilização do Estado, da Constituição, da educação, tudo deveria eliminar o que era bárbaro e irracional. Esse processo deveria seguir-se ao refinamento das maneiras e à pacificação interna do país pelos reis.

No segundo volume de “O Processo Civilizador”<sup>22</sup>, Elias dá maior ênfase à formação do Estado, sem perder de vista, porém todas as questões que envolvem a aprendizagem das boas maneiras em relação ao processo civilizador. Afirma que não há como se empreender uma pesquisa sobre a civilização das condutas sem antes compreender a formação do Estado, a crescente centralização da sociedade que teria encontrado sua primeira forma na maneira absolutista de governar.

Na sociedade feudal as relações entre os homens se davam sem a clara presença de um poder estável que se estendesse por toda uma região. Segundo Elias, as relações de propriedade se davam através de mecanismos de dependência mútua, bem como através do poder social concreto. Poder este, que, nesse período era resultado da força física do grupo dos senhores feudais, por outro lado não era seu único determinante, pois a isso se somava a produtividade da terra e força de trabalho controlada pelo senhor.<sup>23</sup> Nesse mundo feudal, os cavaleiros dificilmente eram comedidos em suas condutas, em suas pulsões por cadeias monetárias. Conforme Elias, eles conheciam apenas uma forma de sustento: a espada.

Mas a partir do século XII no campo, com a decadência do setor agrário, e nas cidades, com o sistema fechado de guildas, tornou-se cada vez mais difícil aos cavaleiros que não tinham terras vir a possuí-las e, no caso das grandes famílias, ampliá-las. Assim, criou-se mais ou menos claramente, entre a nobreza, uma hierarquia que correspondia ao volume de terras que se possuía.

Frente à lenta formação do Estado e o conseqüente monopólio da administração da violência assumida por este, a nobreza cortesã deverá resolver suas questões sem o emprego da força física, desenvolvendo um tipo de conduta já mencionado anteriormente que é a cortesia. A partir de então os membros desse grupo social se tornam cada vez mais dependentes modificando as estruturas sociais. Dessa forma as condutas dos indivíduos assumem uma forma diferente. Dentro desse lento e longo processo contínuo, mas percorrido numa mesma direção ordenada, se dá o “surgimento de novas unidades de integração (e de governo)”. Mudam as estruturas, a modelação das condutas, as paixões e a personalidade.

---

<sup>20</sup> MAURER, C. Introdução. In: *A Arte da sabedoria mundana* : um oráculo de bolso. Rio de Janeiro: Best-Seller, 2003. p.6.

<sup>21</sup> GRACIÁN, 2002, p.47.

<sup>22</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* : formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro : Zahar, 1993. v.2.

<sup>23</sup> Poder social para Elias é um fenômeno complexo. No plano individual ele nunca é equivalente à sua força física, e em relação a grupos, a soma das forças físicas individuais. Por outro lado, segundo ele, a força física somada à habilidade constitui elemento importante do poder social. “Tudo depende da estrutura total da sociedade e do lugar nela ocupado pelo indivíduo, da medida em que a força física contribui para o poder social. Este último varia, em sua estrutura, tanto quanto a própria sociedade”. Para Elias, o poder político nada mais é do que uma forma de poder social. In: ELIAS, op. cit., 1993, p. 62-63.

O processo 'civilizador' visto a partir dos aspectos dos padrões de conduta e de controle de pulsões é a mesma tendência que, se considerada do ponto de vista das relações humanas, aparece como um processo de integração em andamento, um aumento na diferenciação de funções sociais e na interdependência e como a formação de unidades ainda maiores de integração, de cuja evolução e fortuna o indivíduo depende, saiba ele ou não.<sup>24</sup>

Nesse sentido que se torna tão importante a compreensão do significado da palavra cortesia, como um marco da construção dos parâmetros de nossos próprios códigos afetivos e emocionais em direção ao que denominamos hoje de civilização.

De acordo com Elias:

A sociedade do que hoje denominamos era moderna caracteriza-se, acima de tudo no Ocidente, por certo nível de monopolização. O livre emprego de armas militares é vedado ao indivíduo e reservado a uma autoridade central, qualquer que seja seu tipo, e de igual modo à tributação da propriedade ou renda de pessoas concentra-se nas suas mãos. Os meios financeiros arrecadados pela autoridade sustentam-lhe o monopólio da força militar, o que, por seu lado, mantém o monopólio da tributação.<sup>25</sup>

Dessa forma nos deparamos com uma sociedade monopolista que criou fortes laços de interdependência entre seus membros. Os monopólios não se desintegraram, apenas formou-se sob uma nova forma de mando. Quando a burguesia conquista o privilégio de gerir esses controles, da força física e da tributação, entre outros monopólios governamentais, ela o faz não para dividi-los, mas para distribuir seus ônus e benefícios de forma diferente. Esses monopólios primeiro passam de um príncipe absoluto para uma classe inteira, que vai distribuir as oportunidades por ela proporcionadas mais de acordo com um plano impessoal e exato, "no interesse de muitos associados interdependentes e no interesse de toda uma configuração humana interdependente, do que baseado no favor pessoal e no interesse de indivíduos"<sup>26</sup>.

A preservação das funções sociais numa sociedade de livre competição exige a vitória e a derrota do outro, "quem não sobe, cai". "O ganho de um é necessariamente a perda do outro, que se dê em termos de terra, capacidade militar, dinheiro ou qualquer outra manifestação concreta de poder social"<sup>27</sup>.

Nessa sociedade em que se delineiam novas formas de interdependências entre seus membros é que surge uma nova ordem, mais forte do que a razão ou à vontade das pessoas que a compõem. E é essa ordem social que determina as mudanças no curso da história que Elias chama de processo civilizador. É uma reorganização dos relacionamentos humanos acompanhados de novas maneiras, formando os sentimentos mais tarde denominados "civilizados".

Mas à medida que as pessoas se relacionam cada vez mais estreitamente, cada indivíduo desempenha uma função social, que deve ser mais e mais regular, diferenciada, uniforme e estável. O controle do comportamento passa a ser ensinado desde os primeiros anos, formando o que vai ser denominado de uma segunda natureza, formando "como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse"<sup>28</sup>. Em meio a essa teia de ações tão complexa, que leva o indivíduo a comportar-se 'corretamente' através de um controle consciente, somado a um complexo aparelho de controles socialmente exigidos, relacionam-se os manuais de comportamento que ditavam modelos de desempenhos sociais considerados civis.

Junto a tudo isso ocorre uma "reorganização do tecido social", formando espaços sociais pacificados, neles

[...] o indivíduo é protegido principalmente contra ataques súbitos, contra a irrupção de violência física em sua vida. Mas, ao mesmo tempo, é forçado a reprimir em si mesmo qualquer impulso emocional para atacar fisicamente outra pessoa.<sup>29</sup>

Quanto mais complexa se torna a teia de interdependências em que o indivíduo está, maior é a divisão de funções sociais, bem como o número de espaços sociais por onde se estende essa teia, e maior é a ameaça ao desempenho das funções sociais desempenhadas

---

<sup>24</sup> ELIAS, 1993, p.83.

<sup>25</sup> Ibid, p.97-98.

<sup>26</sup> Ibid, p.105.

<sup>27</sup> ELIAS, 1993, p.134.

<sup>28</sup> Ibid, p.196.

<sup>29</sup> Ibid, p.198.

pelo indivíduo. Nessa sociedade aquele que melhor conseguir moderar suas paixões é aquele que terá melhores vantagens, conseguirá e manterá favores, falando de uma sociedade de corte, ou alcançará mais facilmente admiração e prestígio, quando se trata das sociedades democráticas. Ou seja, é preciso alcançar o autocontrole, bem como ter atitudes pensadas, ter o “hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito”, ser previdente e prudente ao tomar atitudes. Aí está a mudança ‘civilizadora’ do comportamento pensada por Elias. É a valorização do autocontrole e do comedimento:

Aforismo 207. Usar o autocontrole. Estar alerta sobretudo nos acasos. Os ímpetos das paixões desequilibram a prudência, e aí é que está o risco de se perder. Adianta-se mais num único instante de fúria ou contentamento do que em muitas horas de indiferença. Corre-se talvez um pouco, lamenta-se pelo resto da vida. As intenções astutas armam tais armadilhas para a prudência a fim de sondar as questões e penetrar a mente dos oponentes. Ao espionar segredos, chegam ao fundo dos maiores talentos. A contra-estratégia? Controlar-se, em especial nas emergências. É preciso muita reflexão para impedir uma paixão de disparar um cavalo; e se for sábio a cavalo, você é sábio em tudo. Aquele que prevê o perigo age com cautela. Uma palavra pronunciada no ímpeto da paixão pode ser leve para quem a proferiu, mas talvez se revele pesada àquele que a recebe e avalia.<sup>30</sup>

Em meio a isso tudo os indivíduos aprendem desde muito cedo a controlar suas paixões de acordo com um código de conduta relacionado a uma determinada estrutura social. Justamente são estes moldes de conduta que mudaram ao longo do ‘processo civilizador’, todo um padrão de comportamento que mudou e está mudando. Estes padrões são uma agência de controle social. Mas os indivíduos sofrem, além desse controle social, um controle real, que é aquele que o sujeito exerce sobre si mesmo, é o autocontrole, que se dá mais ou menos forte de acordo com as “possíveis conseqüências de seus atos no jogo das atividades entrelaçadas, seja como resultado de seus gestos correspondentes de adultos que contribuíram para lhe modelar o comportamento em criança. [...] mediante precaução ou reflexão”<sup>31</sup>.

Na sociedade guerreira cada uma das categorias sociais vivia de forma diferente em costumes, gestos, vestuários, lazer, apesar da pequena influência mútua entre eles, a nobreza não sentia pressão alguma vinda de baixo, a burguesia não lhe contestava função ou prestígio.

Tinha suas terras e sua espada: o perigo principal para um guerreiro era outro guerreiro. Assim, era menor o controle mútuo que os nobres impunham à própria conduta como meio de distinção de classe, de modo que, também desse lado, o cavaleiro individual estava sujeito a um grau menor de autocontrole. Ocupava sua posição social com muito mais segurança e naturalidade que o nobre de corte.<sup>32</sup>

Já na sociedade absolutista de corte, com as transformações das relações do poder social, a nobreza passou a depender do rei, pois, com a monopolização militar e econômica, a função do guerreiro livre foi desaparecendo. No entanto, com a crescente integração monetária, a produção das propriedades dos guerreiros não era capaz de lhes proporcionar uma vida rica e mantê-los como classe superior. Para isso passaram a depender dos favores do rei, e só a vida na corte podia lhes proporcionar tal prestígio e distinção social.

No contexto da corte o dinheiro e a riqueza eram indispensáveis, mas não constituíam, como mais tarde para a burguesia, fonte de prestígio. Pertencer à nobreza significava mais do que riqueza, pertencer à sociedade de corte e estar junto ao rei era condição de sua existência como classe superior. Não havia outro lugar onde pudessem viver sem perder seu *status*, por isso agüentavam todas as regras de modelação de conduta ditadas pela corte.

Já o rei dependia da aristocracia porque precisava conviver com pessoas que tivessem as mesmas maneiras que as suas, ser servido pela alta nobreza o fazia distinguir-se de todos. Sobretudo precisava “da nobreza como contrapeso para a burguesia, da mesma maneira que necessitava da burguesia como contrapeso da nobreza, para que sua capacidade de manipular os principais monopólios não fosse reduzida”<sup>33</sup>. O rei deveria “manter a nobreza como classe distinta e, assim preservar o equilíbrio e a tensão entre nobreza e burguesia e não permitir que nenhum estado se tornasse forte ou fraco demais, tais eram os aspectos fundamentais da política real”<sup>34</sup>.

A vida na corte não era pacífica, a competição pelo prestígio era intensa, bem como

<sup>30</sup> GRACIÁN, 2002, p.92-93.

<sup>31</sup> ELIAS, 1993, p.201.

<sup>32</sup> ELIAS, 1993, p.220.

<sup>33</sup> Ibid, 1993, p.224.

<sup>34</sup> Ibid.

pelo favor do rei. Havia disputas pela precedência numa sociedade que substituiu a violência da espada pela violência das palavras, da intriga. Nesta sociedade o valor de uma pessoa não era medida por sua riqueza, mas pela estima que o rei tinha por ela, na influência que tinha no jogo do poder. Por outro lado, a conduta não é tão civilizada como mais tarde será na sociedade burguesa, pois na sociedade de corte só se exige comedimento entre iguais. “[...] o autocontrole vigilante e a ininterrupta observação do próximo figuram entre os pré-requisitos elementares para se preservar a posição social de cada um”<sup>35</sup>.

A partir da Revolução Francesa

As boas sociedades entrelaçaram-se, todas elas, direta ou indiretamente, com a rede de ocupações profissionais e, mesmo que uma orientação ‘cortesã’ nunca estivesse inteiramente ausente, esta, nem de longe, exerceu mais a mesma influência. A partir desse momento, as profissões e o dinheiro passaram a ser as principais fontes de prestígio, e a arte, o refinamento da conduta social, deixou de ter para a reputação e o sucesso do indivíduo a importância decisiva que possuía na sociedade de corte.<sup>36</sup>

No século XIX completa-se uma fase importante do processo civilizador, aquele em que o Ocidente toma consciência de sua civilização, “a consciência de sua superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte(...)”<sup>37</sup>. A partir de então, as nações ocidentais passam a encarar o processo civilizatório como algo terminado, e consideram importante levar a outros povos essa civilização. O passado com resquícios bárbaros deve ser esquecido, por isso, ainda mesmo nas sociedades democráticas que agora se consolidam, ainda é tão importante refinar as maneiras e os comportamentos.

Refinar as maneiras, controlar gestos, dominar as pulsões são atitudes diretamente ligadas aos desejos da diferenciação e da distinção social ainda nas sociedades chamadas igualitárias. Pois segundo Elias, as regras de boas maneiras têm como principal função tornar o homem distinto, elas se referem a um determinado lugar na sociedade. Como diziam em outras épocas: “é assim como as pessoas se comportam na corte”, e, como bem se pode dizer atualmente, “é assim que as pessoas se comportam nas altas esferas da sociedade”.

Os ideais “civilizatórios” serviram de embasamento para o pensamento reformista que inspirava as grandes metrópoles ao longo do século XIX. A ideologia do mundo ocidental nesse período estava impregnada de uma crença sincera no progresso – um mito baseado no significado de aperfeiçoamento, principalmente para os elementos das elites que se beneficiavam diretamente dos efeitos da modernização. Segundo Gay, a crença nesse mito atingiu, nessa época, todos sem exceção. Mesmo políticos radicais, utópicos ou científicos, estavam convencidos de que o progresso seria capaz de acabar com a escassez de alimentos e derrotar o grande fantasma que sempre assolou a humanidade, a fome; pois “[...] se havia o bastante para todos, o futuro não podia deixar de sorrir, e todas as expectativas estavam implícitas no presente. Para muita gente, as mudanças não constituíam uma ameaça, e sim uma promessa”<sup>38</sup>.

Essas novas formas de pensar que permearam o mundo do século XIX tinham suas bases no movimento iluminista da segunda metade do século XVIII, que trouxeram a idéia de progresso ligada a de desenvolvimento das ciências. Segundo tal corrente filosófica, os avanços científicos se dariam cumprindo etapas sucessivas, e é dessa forma que o progresso se relacionaria à idéia de processo civilizatório. Daí se extrai um conceito de civilização ligado à tecnologia, ao crescimento do conjunto de informações científicas em geral, à evolução dos costumes, e por que não dizer, das “boas maneiras”.

Essa visão também é compartilhada por Nisbet quando enfoca os vários significados de progresso ao longo da história ocidental. Para esse autor o conceito de progresso a partir da Idade Média passou a obedecer essencialmente três critérios: “o respeito pela razão, conhecimento e ciência”<sup>39</sup>.

Nesse aspecto Freud<sup>40</sup> prevê o reconhecimento de um país como altamente civilizado se, “[...] descobrimos que nele tudo o que pode ajudar na exploração da Terra pelo homem e na sua proteção contra as forças da natureza – tudo, em suma, que é útil

<sup>35</sup> ELIAS, 1993, p.228.

<sup>36</sup> Ibid, p.252.

<sup>37</sup> Ibid, p.64.

<sup>38</sup> GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: A Educação dos Sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.43.

<sup>39</sup> NISBET, Robert. *História da Idéia do Progresso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985. p.16.

<sup>40</sup> FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. p.112-114.

para ele– está disponível e é passível de ser conseguido”. Pois, segundo esse autor, nenhum aspecto é mais relevante para caracterizar o adiantado de uma civilização do que “[...] sua estima e seu incentivo em relação às mais elevadas atividades mentais do homem –suas realizações intelectuais, científicas e artísticas– e o papel que atribui às idéias na vida humana”.

Dessa forma, outro aspecto do progresso, ligado irremediavelmente à civilização, seria o cuidado com as condições morais e espirituais do homem. Sendo uma das metas do progresso a perfeição da natureza humana, seria preciso priorizar os relacionamentos ensinando a humanidade a conviver em sociedade. E isso se faria num primeiro momento mediante a aprendizagem do controle dos instintos, como diria Elias, das “boas maneiras”, e, num segundo momento, num âmbito maior, por meio da organização e da intervenção do Estado e suas exigências legais.<sup>41</sup>

Assim, para viver nessa sociedade urbana e socialmente complexa, num tecido social formado por interdependências entre seus componentes, sentiu-se a necessidade de reorganização das maneiras. Nesse sentido é importante resgatar o pensamento de Elias, quando coloca que: “Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos ‘civilizados’”<sup>42</sup>.

Desse modo, implementa-se todo um aparato de regras de “boa educação”, um código que deve ser seguido pelas classes que desempenham as funções sociais mais importantes. Esses preceitos de conduta social podem ser em determinadas fases do processo civilizador, além de elementos diferenciadores, instrumentos de poder.

### *Boas maneiras e os códigos de comportamento*

Até a Idade Média as principais normas de conduta chegavam às pessoas através de pequenas trovas ou provérbios fáceis de memorizar. Explorando esse gênero, alguns tratados manuscritos faziam referências sobre a arte da convivência.

De acordo com Margaret Visser: “Os livros medievais sobre boas maneiras – primeiro em latim e, mais tarde, em italiano, francês, alemão e outros idiomas vernáculos – eram melodias simples e versos rimados, escritos para serem facilmente memorizados”<sup>43</sup>. É preciso lembrar que antes do advento da imprensa os livros eram bastante raros e caros, dificultando a sua aquisição.

Desde a Antiguidade grega existia um tipo de literatura pedagógica que visava ensinar “bons modos”. Preceitos como os da temperança, sobriedade e de sociabilidade, já estavam presentes nos “Versos Dourados”, de Sólon e Pitágoras; no “De Officiis”, de Cícero; e no “Tratado da Educação da Juventude”, de Plutarco. Sem falar nos famosos dísticos da Escola de Salerno, que foram muito difundidos na Idade Média e mesmo durante a Renascença.

Dentre as obras que circulavam a partir do século XIII na Europa podemos citar um manual atribuído ao velho Catão, chamado simplesmente de “Catão”, que parece ter tido um papel bastante importante devido ao número de obras que irão imitá-lo mais tarde; “El Libro Del Infante”, uma coletânea de preceitos religiosos e morais escrita em espanhol, no século XIV, pelo príncipe don Juan Manuel; um tratado em latim, o “De Educatione Liberorum et Eorum Claris Moribus Libri Sex”, de Maffeo Vegio, que data do século XV; em francês, o “doctrinal du Temps Présent”, mais conhecido como “Doctrinal de Court”, em que o poeta Pierre Michault narra, sob forma satírica, a maior parte dos costumes do século XV.<sup>44</sup>

Nessa época, os tratados especiais para instrução de noviços em mosteiros, ou para instrução de jovens em colégios, já faziam menção às boas maneiras em geral. Mas até então nenhum desses livros do gênero tinha demonstrado grandes preocupações em escrever de forma original sobre o assunto. Suas intenções eram trazer preceitos tradicionais sobre como desempenhar os comportamentos socialmente aceitos, bem como lembrar tudo aquilo que deveria ser evitado.

Erasmus e sua “A civilidade pueril”, publicada em Basiléia em 1530, é considerado o primeiro a ter a iniciativa de compilar, com ordem e método, os preceitos de conduta que lhe pareceriam ser mais importantes naquele momento. Como veículo de afirmação e de

<sup>41</sup> FREUD, 1969, p. 115-128.

<sup>42</sup> ELIAS, 1993, p.195.

<sup>43</sup> VISSER, Margaret. *O ritual do jantar: as origens, evolução, excentricidades e significados das boas maneiras à mesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p.61.

<sup>44</sup> BONNEAU, Alcide. Os livros de civilidade desde o século XVI. In: *A Civilidade Pueril*. Lisboa: Estampa, 1978. p.29.



caracterização do conceito de civilidade, esta obra de Erasmo, com o tempo transformar-se-á num imenso sucesso, capaz de influenciar um gênero literário que se afirmará ao longo dos séculos – os códigos de conduta.

Nesse período, a civilidade, lembra Elias, não se referia somente às maneiras, mas ao próprio significado de uma época de formação dos costumes ocidentais. Relacionava-se igualmente a um momento em que estavam se consolidando as nacionalidades por meio de pontos em comum como uma mesma língua, uma mesma religião. Tendo surgido numa época de reagrupamento social, foi capaz de trazer consigo as marcas de uma sociedade em transição marcada pela decadência de uma velha nobreza de cavaleiros feudais e pela formação de uma aristocracia de corte.<sup>45</sup>

Para Elias, foram justamente as lacunas deixadas por essa transição que permitiram a um homem como Erasmo não apenas estabelecer-se socialmente, mas também ter a oportunidade de prescrever, com sinceridade, franqueza e autoridade, regras e maneiras que deveriam permear essa nova sociedade que se formava e da qual ele fazia parte. Ressalta que, conscientemente ou não, Erasmo deu, através de seu tratado, “uma nova nitidez e força” à palavra “civilitas”, bastante comum e antiga, expressando assim uma necessidade da época. A partir de então se derivaram dela as palavras “civilité” no francês, “civility” no inglês, “civiltà” para o italiano e “Zivilität” para o alemão, todas relacionadas ao contexto e significado erasminiano.<sup>46</sup>

Dessa forma, o conceito de civilidade significa e traduz toda uma sociedade que se delinea a partir do final da Idade Média ocidental. E é a partir dessa idéia que se deve compreender a importância da obra “A civilidade pueril” como sendo uma obra de referência que marcou um ponto importantíssimo na longa trajetória do processo civilizador.

Na verdade, Elias quer chamar atenção para o fato de que, ao estudar uma obra como essa é preciso perceber que sua análise é mais importante como “sintoma de mudança, uma concretização de processos sociais”, do que como “fenômeno ou obra isolada”. Pois, “acima de tudo é a sua ressonância, a elevação da palavra-título à condição de expressão fundamental de auto-interpretação da sociedade européia, que nos chama atenção para o tratado”<sup>47</sup>.

O tratado de Erasmo versa basicamente sobre o comportamento das pessoas em sociedade e do decoro corporal externo. Ele o dedicou a Henri de Bourgogne, príncipe de Veere, e neto de Anne de Borselen, marquesa de Nassau (senhora que havia sido protetora de Erasmo na sua juventude, financiando-lhe seus estudos de teologia em Paris). Embora encaminhado a um menino nobre, não trazia a intenção de dirigir-se somente àquela categoria social, muito ao contrário, considerava importante que todos tivessem acesso aos preceitos ali contidos, observando cuidados especiais em relação aos gestos, atitudes, posturas, revelando, assim, uma preocupação do homem por inteiro. Nas palavras de Elias:

Erasmus não vê seus preceitos como dirigidos a uma classe particular. Não atribui ênfase especial a distinções sociais, se ignoramos a crítica ocasional a camponeses e pequenos negociantes. É precisamente essa falta de orientação social específica nos preceitos, sua apresentação como regras humanas gerais, que lhe distingue o tratado dos que o sucederam na tradição italiana e, especialmente francesa.<sup>48</sup>

Como humanista, Erasmo levará em conta, para escrever “A civilidade Pueril”, uma vasta literatura clássica, os tratados de educação e fisiognomias, bem como a produção medieval que visava regulamentar os comportamentos. O fato de ter buscado fontes diversas talvez seja uma das explicações da aceitação que teve ao chamar a atenção de um público amplo e diverso que procurava conhecer os preceitos de seu tratado.

Ao tornar-se um verdadeiro *best-seller* para a época (até o ano de 1600 terá tido um mínimo de catorze traduções, várias dezenas de milhares de exemplares distribuídos, comprados e lidos na Europa) configura-se numa obra capaz de influenciar os modelos de conduta por muito tempo.

---

<sup>45</sup> BONNEAU, 1978, p.67.

<sup>46</sup> Ibid, p.69.

<sup>47</sup> ELIAS, 1990, p.69.

<sup>48</sup> ELIAS, 1990, p.88.

Outro ponto importante a ser ponderado na obra de Erasmo é o fato de o filósofo ter aconselhado a observação dos que estão em volta como uma prática da “civilidade”. O que prenunciaria “uma nova relação entre um homem e outro, uma nova forma de integração”<sup>49</sup>. E é justamente essa nova tendência marcada pela observação de si mesmo e dos outros que assume um sentido mais forte.

A partir do século XVI a sociedade europeia apresentará uma hierarquia social bem mais rígida, com uma nova aristocracia, formada por pessoas de origens sociais diversas, exigindo, por isso, a necessidade de códigos que retratassem um comportamento social mais uniforme, principalmente no intuito de garantir as insígnias de uma classe. Muitas das atitudes que até a Idade Média eram em grande medida toleradas passam a ser exigidas, aumentando o nível de coação entre as pessoas. Isso pode ser observado pelo crescente interesse e preocupação das pessoas em ser “civis”, adequando maneiras, controlando gestos e garantindo para si um “bom convívio entre seus iguais”.

À medida que aumentam as pressões e o controle social exercido sobre essa nova aristocracia os códigos de comportamento vão se tornando mais rigorosos. E é nesse contexto que também vão ser escritos dois outros títulos que versam sobre as civilidades: “O cortesão”, de Baltasar Castiglione, em 1528 (dois anos antes de “A civilidade pueril” de Erasmo) e o “Galateo”, de Giovanni della Casa, em 1558. O que essas obras têm em comum é justamente o fato de, ao contrário da que foi escrita por Erasmo, serem dirigidas de forma particular à aristocracia. Destacavam, sobretudo, “a raridade, a elegância, o bom gosto inato do cortesão ideal. Não se aprendem esses encantos, as pessoas simplesmente os possuem e, ao vê-las, logo os identificamos; nós os reconhecemos em nós mesmos e naqueles com quem preferimos nos associar”<sup>50</sup>.

Castiglione<sup>51</sup> foi diplomata a serviço de Urbino, Mântua e do Vaticano e um escritor de grande reputação literária. É considerado um divulgador de preceitos que a aristocracia europeia procurava conhecer no século XVI. Seu livro não deve ser considerado somente como um manual de cortesia, mas um título que marcou a tendência de uma nova literatura cortesã. Apresentando uma proposta diferente da de Erasmo, o autor constrói um texto em forma de diálogo, a partir do qual aristocratas da corte do duque de Urbino conversam sobre os valores e as normas de seu cotidiano social.

O livro começa com uma reunião de um grupo de aristocratas que, inspirados pelo tédio, resolvem iniciar um jogo cuja principal proposta seria definir o perfil do cortesão ideal. À medida que se desenrola o jogo, cada participante vai expondo suas convicções chegando todos a um mesmo ponto: o cortesão ideal é aquele que possui de nascença o talento exigido para se viver nas cortes europeias.

“O cortesão” converte-se assim em um manual do perfeito cavalheiro renascentista, que, cumprindo com as exigências da época, seria: culto, elegante, hábil e um perito no uso das armas. O livro também faz referência à imagem esperada de uma dama de palácio, que, devendo ser como o cortesão, precisa deixar transparecer apenas graça e virtudes morais. Necessitam, portanto, tanto o cortesão como a dama de palácio, repudiar os comportamentos fúteis e excessivos, atitudes menos caridosas e egoístas, bem como gestos e posturas presunçosos e vaidosos.

Segundo Revel<sup>52</sup>, a obra de Castiglione não é um manual pedagógico, pois é apresentada como um livre diálogo entre iguais, por isso seus personagens não precisam preocupar-se com quaisquer regras ou restrições, eles conhecem e reconhecem o desempenho da civilidade. Também tem conhecimentos sobre critérios formadores dos verdadeiros cortesãos, os valores externos reconhecidos a partir da observação dos favores do rei, e a estima entre seus pares bem como os valores internos, resultado da soma de talento e berço. Dessa forma, em Castiglione a norma torna-se distintiva, “as boas maneiras repousam na convivência de um grupo fechado que é o único dono dos critérios da perfeição”<sup>53</sup>.

“O cortesão” obtém um êxito imediato nas cortes europeias do século XVI ao mostrar, mais que a realidade e valores de sua época, as aspirações das classes altas a uma vida elegante e bela.

<sup>49</sup> ELIAS, 1990, p.90.

<sup>50</sup> VISSER, 1998, p.69.

<sup>51</sup> CASTIGLIONE, Baltassare. *O cortesão*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

<sup>52</sup> REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.169-210.

<sup>53</sup> REVEL, 1991, p.194.

Giovanni della Casa<sup>54</sup>, um prelado florentino, autor de “Galateo”, assim como Castiglione, acreditava que o desempenho social não é resultado somente da aprendizagem, pois considera a civilidade como algo que é inato, não podendo, pois ser aprendida.

“Galateo” foi escrito na perspectiva de um cavalheiro mais velho que instrui e educa um jovem no discurso social e civil. Ensina sobre o comportamento apropriado, as maneiras e hábitos adequados ao discurso e às várias coisas que devem ser evitadas em sociedade.

Nessa obra, Della Casa oferece conselhos para a aquisição de virtudes como a modéstia, a destreza individual, a completude e a capacidade. E, sobretudo, fornece preceitos para o sucesso num mundo baseado, não em princípios abstratos, mas na experiência. Ao analisar os comportamentos, aponta aqueles que agradam e os que desagradam. O exagero para ele é sempre desagradável, pois acredita que as atitudes devem ser comedidas e equilibradas.

Para Della Casa, a expressão e a opinião de todas as ações, atitudes e imagens externas ou públicas são uma reflexão do interior do homem. O autor valoriza a habilidade daquele que se faz querido por todos e aconselha que para conseguir isso é preciso não ir contra os costumes praticados no lugar onde se vive e ressalta as vantagens do desenvolvimento de atitudes adequadas dizendo: “E se os modos agradáveis e gentis têm força para provocar a benevolência daqueles com os quais convivemos, os modos boçais e rudes, ao contrário, incitam os outros a nos odiar e desprezar”<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> DELLA CASA, Giovanni. *Galateo ou dos costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

<sup>55</sup> DELLA CASA, 1999, p.5.

Contemporâneos dos livros de Della Casa e de Castiglione, outros manuais de civilidade circularam pela Europa nos séculos XVI e XVII<sup>56</sup>. De acordo com Revel, a maioria deles, em linguagem pedagógica invadem também as escolas, servindo tanto à aprendizagem das maneiras em geral como ao ensinamento da leitura e da escrita. No final do século XVII, com o intuito de adestrar os corpos, os manuais impõem uma prática de policiamento nas escolas católicas, transformando os preceitos de Erasmo em um dos “instrumentos de uma disciplina sistemática e autoritária”<sup>57</sup>.

A partir de 1600 multiplicam-se os títulos que tratam das civilidades. Baseados ou não nos preceitos erasminianos, a maioria deles usa a relação da aprendizagem das boas maneiras com a moral, considerando sempre como ponto fundamental o respeito em relação aos outros, característica que é ainda marcante nos manuais contemporâneos. Nota-se também que a publicação desses livros não tem como alvo somente o público escolar, mas todos que mostrem interesse ou necessidade em aprender as boas maneiras.

De acordo ainda com Revel, com o passar do tempo esses manuais deixam mais e mais transparecer a preocupação da construção individual em relação ao outro, o que poderia ser o chamado “triunfo das aparências”. Uma inquietação em prescrever as atitudes que podem ser levadas a público torna-se uma constante. Vê-se com isso um corpo que se torna cada vez mais refém das boas maneiras, pois, como diz Revel, é sobre ele (o corpo) que “as normas de civilidade se exercem com maior rigor”<sup>58</sup>.

Os manuais do século XVII deixam bem claro seu maior objetivo, ensinar um convívio adequado na corte, especialmente na França, onde essas obras se dirigem com mais clareza e em maior número àqueles que desejavam se aproximar da vida da sociedade de corte e de todo o prestígio que ela representava e oferecia.

São exemplos as obras: “O guia dos cortesãos”, de Nervèze, de 1606; o “Tratado da Corte”, de Refuge, de 1616; o “O honesto homem ou a arte de agradar à corte”<sup>59</sup>, de Nicolas Faret, de 1630; “O novo tratado da civilidade que é praticado na França entre as pessoas honestas”, de 1671, escrito por Antoine Courtin, este último trazendo uma particularidade importante ao preocupar-se tanto com os leitores freqüentadores da corte, quanto àqueles que mesmo sem desejar freqüentá-la deveriam conhecer e praticar suas maneiras.

A obra de Courtin representa, por um lado, um momento valioso na trajetória dos manuais de civilidade ao submeter seu público a uma sociedade hierárquica. Por outro, afirma que tudo se aprende, levando a crer que: “em matéria de civilidade é preciso converter o adquirido em inato, a lição em dom”<sup>60</sup>. Idéia que se contrapõe aos ensinamentos de della Casa e de Castiglione por acreditarem ambos em ser a civilidade matéria inata, isto é o que se pode fazer é somente deixar vir à tona as habilidades sociais.

Sob a influência moral de Courtin foi publicado, em 1703, as “Règles de la bienséance de la civilité chretienne”, de Jean-Baptiste de La Salle, que se diferencia da obra de Erasmo em dois pontos: primeiro, porque não desejava orientar as crianças a partir de preceitos gerais necessários de sociabilidade; segundo, porque, sendo um manual prescritivo, valoriza uma aprendizagem que se efetua essencialmente na escola e não em família. Tornando a aprendizagem sistemática, o livro de La Salle passa a ser uma das bases da formação escolar. Esse modelo pedagógico encarnado no ensino das civilidades persiste até o século XIX.

---

<sup>56</sup> A primeira tradução de “O cortesão” de Castiglione para o francês data de 1585, sob o título “Le parfait courtesan”. Em 1537 foi traduzido como “Les quatre livres du courtesan”. No século XVII, para ser mais preciso em 1690, “O cortesão” recebe o título mais longo de: “Le parfait courtesan et la dame de Cour, ouvrages également avantageux pour réussir dans les belles conversations, et pour former les jeunes personnes de qualité de l’un et l’autre sexe”. Já mostrando a tendência desse período em diante em pelo título descrever-se a matéria. Também é verificada uma tradução de “Galateo” para o francês em 1615, sob o título *Le Galatée / premièrement composé en italien par Jean de La Case; et depuis mis en François, latin, allemand et espagnol*. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/scripts/ConsultationToutex>>. Acesso em 03/03/2003.

<sup>57</sup> REVEL, 1991, p.180.

<sup>58</sup> REVEL, 1991, p.188.

<sup>59</sup> Obra adaptada por Faret a partir de “O cortesão” de Castiglione, acrescentando reflexões de Montaigne. Procura construir o chamado “homem honesto”, que seria um bom guerreiro, bom amante e um bom cristão, comprometido com os valores morais. A isso soma a capacidade do controle de si mesmo, de se adaptar à sociedade mundana e de brilhar por meio da conversação e o senso da justa medida. Deve se mostrar sempre tolerante e honesto, para isso é preciso cuidar-se com os excessos para que não caia no pedantismo. Sensível que é, mostra-se lúcido diante das falhas humanas. E defende por fim que a honestidade do homem é fruto de seus próprios méritos e não do nascimento.

<sup>60</sup> REVEL, 1991, p.200.

Da mesma época e gênero da obra de La Salle, está o “Tratado de Civildade Cristã” do Frei capuchinho francês Clavel, que entre outras coisas qualifica a civildade como uma ciência que ensina a hora e o lugar certo de agir e de falar. E aconselha que para ser civil é necessário que se observe: a) comportar-se de acordo com a idade e condição; b) tomar atenção da qualidade da pessoa com quem se trata; c) ter conhecimento do meio e do tempo em que se vive, isto quer dizer que é necessário conhecer-se a si mesmo e aos outros; d) conhecer e observar os lugares e os tempos. Conforme Frei Clavel, quem esquece qualquer uma dessas regras torna-se incivil e imodesto porque a civildade cristã não é outra coisa senão a modéstia e a humildade que deve ser o fundamento de todas as nossas ações.<sup>61</sup>

A partir de meados do século XVIII a trajetória dos manuais de civildade vive um paradoxo: ao mesmo tempo em que cresce seu êxito, diminuíam a posição da civildade. Segundo Revel, isso se deve principalmente ao fato de sua hesitação diante de duas posições: “um modelo válido para todos e um sistema de convicções que distingue o pequeno número”, o que é verificado em alguns títulos que, na virada do século XVII para o XVIII, se preocupam em resguardar o estilo da elite cada vez mais ameaçada pelos círculos burgueses. Um exemplo disso é o tratado elaborado em 1693 por F. Calières, “Do bom e do mau uso nas maneiras de expressar-se. Dos modos de falar burgueses; em que diferem daqueles da corte”<sup>62</sup>.

Percebemos que, principalmente na segunda metade do século XVIII, para muitos a civildade havia perdido o sentido humanista de Erasmo, convertendo-se numa máscara, numa simples aparência que podia ser construída artificialmente e por isso mesmo passível de ser desmascarada. É preciso estar atento à verdadeira civildade, portadora dos bons preceitos cristãos, prevenindo-se então da falsa civildade, símbolo da afetação enganosa.

Sob esses auspícios é que surge a figura de Rousseau, que critica e denuncia os excessos do comportamento polido como um grande agente da corrosão das relações humanas. O personagem “Emílio” retira-se do mundo para aprender a nele viver. Essa tendência é percebida pelos novos rumos tomados pela educação das elites francesas, que passam a acreditar que é no seio da família que se aprendem os valores morais e as regras de convívio social, verificando-se um retorno das influências erasmianas.

A partir de então, os manuais sofrem o desafio de cumprir duas missões: preservar a importância dos velhos gestos e ao mesmo tempo se preparar para as novas condições sociais, políticas e econômicas, principalmente diante de um tempo pós-Revolução Francesa. Soma-se a isso o compromisso com a ética e a moral, sob pena de serem considerados simples artifícios sociais, nada mais que vestígios de um mundo que não existe mais. É preciso que os manuais de civildade se transformem.

É sob essas novas tendências que os manuais do século XIX tomam para si o compromisso de oferecer conselhos sobre refinamentos nesse mundo que se propõe democrático, embora sob as inspirações dos ideais de simplicidade e igualitarismo transpareçam um repúdio à afetação, uma falta de incentivo à rigidez, à pompa e ao luxo exagerado. E não se mostram diferentes os tratados do século XX.

A forma fácil e didática como os manuais do século XIX apresentam seus preceitos é prova dessa busca da simplificação. Destinados a todos que deles necessitassem, serviam, além de divulgadores de comportamentos considerados corretos, para o estabelecimento de uma ordem e uma democracia, marcada por uma intensa mobilidade social e por um crescente processo de industrialização e urbanização.

Esse “novo” gênero literário dedicado à “ciência da civilização” toma força na Europa e Américas, graças principalmente ao crescimento dos índices de alfabetização e ao crescimento editorial. Esses códigos, na verdade, apesar da nova roupagem e sob novos auspícios, traziam consigo o desejo do estabelecimento de regras e modelos para a vida nessa nova sociedade que se delineava.

Seguindo um estilo que se tornou mais direto, esses manuais passam a privilegiar uma leitura rápida e objetiva, tornando mais fácil a consulta de temas específicos. De acordo com

---

<sup>61</sup> CLAVEL, Frei. *Tratado de Civildade Cristã*. Disponível em <http://perso.wanadoo.fr/jac.deschard/Page23.htm>. Acesso em 14/09/2003.

<sup>62</sup> REVEL, 1991:203

Lilia Schwarcz<sup>63</sup>, esses manuais traziam, juntamente à civilidade, um “aumento do embaraço e da vergonha sob a forma de refinamento ou de civilização. É por isso mesmo que em nome da etiqueta destacavam-se as regras de higiene enquanto marcas de civilidade”<sup>64</sup>.

Em meados do século XIX esses guias foram muito bem recebidos no Brasil, frente ao que Schwarcz descreve como “uma realeza isolada, em meio às demais repúblicas americanas, de um Império escravocrata que dissimulava as marcas dessa instituição e de uma nobreza recém-criada”, na tentativa de “apagar as pistas de seu caráter recente e bastante improvisado”. Pois à medida que o Segundo Império brasileiro se fortalece, as cidades tomam maior impulso e as elites rurais passam a conviver socialmente de forma mais acentuada sendo necessário um corpo de regras que as preparem para viver em sociedade.<sup>65</sup>

É o caso do “Código do Bom-Tom” de J. I. Roquette<sup>66</sup>, que foi publicado pela primeira vez em Portugal, em 1845. De acordo com Schwarcz, as intenções do autor eram:

[...] ensinar o ritual (de forma didática), para que ele se interiorize e pareça cada vez mais ‘natural’, explicar como agir nas mais diferentes situações de convívio social são os objetivos do guia que, escrito em português, ganha leitores fiéis, também, em meio à nobreza, recém-criada no Brasil imperial, com quem Roquette mantém contatos freqüentes<sup>67</sup>.

Em o “Código do Bom-Tom” o cônego J.I. Roquette escreve em forma de conselhos de um “gentil-homem” para seu casal de filhos, Teófilo e Eugênia, que órfãos de mãe, foram educados na França. Mas passados dez anos é momento de ambos retornarem a Portugal, sua terra natal. E para isso, considera o pai, são úteis os conselhos de como se portarem diante da sociedade portuguesa com a qual irão conviver. Tinha, pois, a intenção de ensinar seus filhos para a escola do mundo, o trato dos homens, comércio da sociedade; escola muitas vezes mais indulgente do que as classes dos colégios, mas algumas vezes mais exigente e mais austera do que elas.

Valendo-se da leitura de alguns autores nacionais e estrangeiros, bem como de sua experiência e reflexão, Roquette constrói para si uma imagem de autoridade nas orientações das boas maneiras. Autoridade que é imprescindível para o sucesso de um guia desse gênero. Sem ela não há confiança nos preceitos nele elencados. Roquette não era novo no ramo da literatura, já havia escrito outros tantos títulos, alguns relacionados à religião, outros à educação e à civilidade.

Em Roquette muito se vê dos preceitos dos manuais do século XVI. Num primeiro momento parece não restringir seu público, dirige-se a todos, homens e mulheres, encarnados nos jovens Teófilo e Eugênia. Porém, logo adiante, ao deixar entrever suas verdadeiras intenções, prenuncia que a polidez, a urbanidade e um certo bom-tom têm como principal centro de aprendizagem as cortes, e que aqueles que dominam suas regras anunciam o “ilustre nascimento e a boa criação”, deixando transparecer sua crença na qualidade natural, do talento inato somado à experiência exclusiva daqueles que têm oportunidade de conviver nas cortes.

Apesar de deixar entrever em seu discurso que as maneiras polidas são uma qualidade não só do homem exterior, mas principalmente do homem interior, ao dizer que “para ser polido é mister ser bom”, e que a polidez, “as maneiras que encantam”, vem da virtude da caridade, Roquette louva, em outro trecho, a questão utilitária do domínio dessas regras de bem viver. Aponta as vantagens de ser polido julgando que para ser aceito (condição para ele muito importante) em uma sociedade é preciso “experimentar o desejo de ser útil e agradável; e de resolver-se a fazer, para o conseguir, muitíssimas concessões e sacrifícios agradáveis aos outros”. Em nome, portanto, do comportamento polido, muitas vezes é preciso saber dissimular em lugar de ser sincero. Por outro lado, mascara esse truque ao dizer que se faz isso não em favorecimento próprio, mas em respeito ao outro e de toda uma coletividade.

---

<sup>63</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução. In: ROQUETTE, J.I. *Código do Bom-Tom: ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Lilia Moritz Schwarcz organizou a obra de Roquette para essa edição publicada pela Companhia das Letras. Diz ela ter suprimido alguns capítulos do código original devido ao tamanho da obra. Escolheu suprimir alguns capítulos que segundo ela “deixaram de apresentar interesse para o público atual, já que suas referências são todas muito datadas”. Também optou por atualizar a ortografia, embora tenha conservado expressões da época.

<sup>64</sup> SCHWARCZ, 1997, p.14.

<sup>65</sup> Ibid, p.29.

<sup>66</sup> ROQUETTE, J.I. *Código do Bom-Tom: ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>67</sup> SCHWARCZ, 1997, p.29.

No final do século XIX e início do XX, em pleno processo de urbanização brasileira, pode-se observar a intensificação de projetos que visam ‘civilizar’ e europeizar o Brasil, começando pelas principais capitais, ou mais especificamente pelo Rio de Janeiro. A intenção de ‘civilização’ passava pelos vários momentos da vida brasileira, desde as relações políticas e econômicas, chegando às sociais. Era importante saber viver em uma sociedade em que se assistia o estreitamento dos laços sociais, período este marcado, conforme D’Incao<sup>68</sup>, pela “passagem das relações sociais senhoriais às relações sociais do tipo burguês. A cidade burguesa teria sistematicamente de lutar contra comportamentos, atitudes e expressões tradicionais que eram considerados inadequados para a nova situação”.

Em meio a um processo de modernização da cidade, resultado da constituição do Estado republicano e da implementação de novas políticas econômicas, encaram-se modificações na própria constituição das relações sociais e familiares, que passam a exigir obediência a todo um corpo de regras que buscavam antes de tudo regular os comportamentos das pessoas em geral, e de forma particular, a de uma nova elite que se formava.

Nesse período, entre um cenário de visíveis mudanças, as cidades brasileiras passaram a apresentar uma atmosfera cosmopolita e metropolitana. Diante de tantas transformações, alguns críticos temerosos frente ao que eles chamavam de nova paisagem urbana imperfeita e desorganizada, consideravam as cidades como sintetizadoras da suposta decomposição da ordem social e grande responsável pela quebra dos costumes. Nesse panorama é que se conjugam esforços no sentido de disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora às relações humanas e à ordem familiar. Conforme Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, nessa época: “Homens e mulheres se acusavam reciprocamente como os principais causadores de uma intolerável corrosão dos costumes”<sup>69</sup>.

Nesse contexto é que se fortalecem os códigos de comportamento, e outras literaturas de civilidades. Apesar de apresentarem-se com objetivos muitas vezes diferenciados, mostram-se complementares na medida em que pretendem codificar e orientar a vida cotidiana e os relacionamentos entre as pessoas ensinando-lhes a ciência do saber viver.

Seguindo o mesmo estilo didático, outros manuais de civilidade circularam pelo Ocidente no século XIX e na virada do século XX. Preocupados em manter seus leitores atualizados os autores dos manuais de boas maneiras continuavam defendendo os usos e costumes mais tradicionais, ao mesmo tempo em que reconhecem a necessidade de ampliar seu repertório de regras com o intuito de conservar-lhes também a atenção. Todos embuídos do mesmo espírito civilizatório, cumprindo funções sociais específicas, pretendiam construir modelos de uma sociedade civilizada.<sup>70</sup>

Pois como bem dizia Padre Dutra<sup>71</sup> em “suas lições de civilidades” de 1926:

Além das leis indispensáveis da moral outras há que, como serem de somenos importância, fazem imenso para a felicidade do homem na convivência social. São leis da civilidade. [...] Os homens não sabem apreciar um diamante bruto, o que apreciam é o diamante lapidado, polido. A civilidade é o padrão por onde o público afere o nosso valor. Civilidade é, portanto, o conjunto de atenções corteses e delicadas, que tornam decoroso e agradável o nosso trato com os homens. Chama-se também urbanidade, cortesia, política, trato do mundo, bom tom e polidez. É para os costumes, o que o polimento é para as obras de arte. É o apanágio da alta civilização, e o mais forte lio da sociabilidade. (Padre Theophilo Dutra)

*ABSTRACT: The investigation object – civility handbooks, civilization*

<sup>68</sup> D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p.223-240.

<sup>69</sup> MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.367-422. p.372.

<sup>70</sup> Alguns exemplos desses títulos: CALDER. *Guia epistolar ou o novo secretario privado dos namorados*: collecção de cartas amorosas... regras da etiqueta que se usam nos casamentos, a linguagem das flores, e o emblema das cores / extrahido de vários authores pelo livreiro. Porto: Typ. Constitucional, 1857. CAVALHEIRO. *Manual de civilidade e etiqueta*: para uso da mocidade portugueza e brasileira. Lisboa: Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. úteis, 1845. NEVES, Guilhermina de Azambuja. *Entretenimentos sobre os deveres da civilidade colecionados para o uso da puerícia brasileira de ambos os sexos*. Rio de Janeiro: Tip. Cinco de Março, 1875. PIERRE, Boitard. *Novo manual do bom-tom*. contendo modernismos, preceitos de civilidade, política, conduta e maneiras em todas as circunstâncias da vida indispensáveis à mocidade e adultos para serem benquistos e caminharem sem tropeço pela carreira do mundo. Rio de Janeiro: E. H. Laembert, 1872. PIMENTEL, João Maria Pereira Botelho do Amaral. *A ciência da civilização*. Curso elementar de educação religiosa, individual e cultural. Porto: Liv. Internacional de E. Chardon, 1877.

<sup>71</sup> DUTRA, Padre Theophilo. *Uma chicara de chá*: lições de civilidade publicadas no Lar Catholico de Juiz de Fóra e Reunidas em volume pelo auctor. Rio de Janeiro: Fides Brasiliae, 1926.v1.

models – was defined and constructed from the civilization concepts analysis, mainly through the study of Norbet Elias presented in “Civilizing Process”. According to he, a society in constant transition establishes, in each epoch, conditioning instruments that are imposed to the individuals that are capable to create models that reflect its proper ideas of morality, delicacy and politeness. In the attempt to analyze this and others questions, the present paper is constructed through the way of some of most important civility handbooks from occidental world history, searching to relate the good manners to the civilizatory model wished by Occident of centuries XVI to XIX.

*KEY-WORDS:* Civility – Civilization – Good Manners – Civilizatory Models